

**Bruxelas, 12 de maio de 2025  
(OR. en)**

**8809/25**

---

---

**Dossiê interinstitucional:  
2025/0105 (NLE)**

---

---

<b>COASI 61</b>	<b>TELECOM 136</b>
<b>ASIE 23</b>	<b>RECH 201</b>
<b>CONOP 29</b>	<b>CLIMA 136</b>
<b>COTER 70</b>	<b>ENER 121</b>
<b>POLCOM 85</b>	<b>TRANS 170</b>
<b>SUSTDEV 23</b>	<b>TOUR 6</b>
<b>PI 84</b>	<b>EDUC 141</b>
<b>GENDER 36</b>	<b>CULT 46</b>
<b>JAI 568</b>	<b>ENV 321</b>
<b>MIGR 159</b>	<b>POLMAR 23</b>
<b>COHAFA 30</b>	<b>SAN 212</b>
<b>COHOM 62</b>	<b>AGRI 183</b>
<b>CODRO 1</b>	<b>EMPL 171</b>
<b>COMPET 355</b>	<b>STATIS 30</b>

## **PROPOSTA**

---

de:	Secretária-geral da Comissão Europeia, com a assinatura de Martine DEPREZ, diretora
data de receção:	12 de maio de 2025
para:	Thérèse BLANCHET, secretária-geral do Conselho da União Europeia
n.º doc. Com.:	COM(2025) 193 final
Assunto:	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à posição a adotar, em nome da União Europeia, no âmbito do Comité Misto instituído pelo Acordo-Quadro de Parceria e Cooperação Abrangentes entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e o Reino da Tailândia, por outro, no que diz respeito à adoção prevista de decisões relativas à adoção do seu regulamento interno, à criação de grupos de trabalho especializados e à adoção dos respetivos mandatos

---

Envia-se em anexo, à atenção das delegações, o documento COM(2025) 193 final.

---

Anexo: COM(2025) 193 final



COMISSÃO  
EUROPEIA

Bruxelas, 12.5.2025  
COM(2025) 193 final

2025/0105 (NLE)

Proposta de

## **DECISÃO DO CONSELHO**

**relativa à posição a adotar, em nome da União Europeia, no âmbito do Comité Misto instituído pelo Acordo-Quadro de Parceria e Cooperação Abrangentes entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e o Reino da Tailândia, por outro, no que diz respeito à adoção prevista de decisões relativas à adoção do seu regulamento interno, à criação de grupos de trabalho especializados e à adoção dos respetivos mandatos**

## **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

### **1. OBJETO DA PROPOSTA**

A presente proposta diz respeito à decisão que estabelece a posição a adotar, em nome da União, no âmbito do Comité Misto instituído pelo Acordo-Quadro de Parceria e Cooperação Abrangentes entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e o Reino da Tailândia, por outro, no que diz respeito à adoção prevista de decisões relativas à adoção do seu regulamento interno, à criação de grupos de trabalho especializados e à adoção dos respetivos mandatos.

### **2. CONTEXTO DA PROPOSTA**

#### **2.1. O Acordo-Quadro de Parceria e Cooperação Abrangentes**

O Acordo-Quadro de Parceria e Cooperação Abrangentes entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e o Reino da Tailândia, por outro («Acordo»), visa estabelecer uma relação virada para o futuro, com uma perspetiva mais estruturada e estratégica, valores partilhados e questões de interesse mútuo, acompanhada de um diálogo e cooperação abrangentes entre as Partes em setores de interesse comum. O Acordo tem sido aplicado a título provisório desde 20 de outubro de 2024.

#### **2.2. O Comité Misto**

O Comité Misto é instituído pelo artigo 52.º do Acordo. As suas principais funções consistem em garantir o bom funcionamento e a correta aplicação do Acordo e definir prioridades em relação aos objetivos do Acordo. O Comité Misto tem igualmente por objetivo: formular recomendações para promover a realização dos objetivos do Acordo, resolver qualquer diferendo ou divergência que surja na interpretação, execução ou aplicação do Acordo, examinar todas as informações sobre o incumprimento das obrigações ao abrigo do Acordo.

Sempre que necessário, o Comité Misto formula recomendações e adota decisões, a fim de implementar determinados aspetos específicos do Acordo. O Comité Misto atua de forma consensual e reúne-se normalmente a nível de altos funcionários. O Comité Misto adota o seu regulamento interno e pode criar grupos de trabalho especializados para tratar de questões específicas.

#### **2.3. Ato previsto do Comité Misto**

Na primeira reunião, o Comité Misto deve aprovar decisões sobre a adoção do regulamento interno do Comité Misto e a criação de grupos de trabalho especializados e adoção dos respetivos mandatos («o ato previsto»).

O ato previsto tem por objetivo a adoção, em conformidade com o artigo 52.º, n.º 5, do Acordo, do regulamento interno que regula a organização do Comité Misto e do mandato dos grupos de trabalho especializados. A posição da União deve ter por base os projetos de decisão do Comité Misto.

### **3. POSIÇÃO A ADOTAR EM NOME DA UNIÃO**

A posição a adotar em nome da União deve ter por objetivo a adoção do regulamento interno do Comité Misto UE-Tailândia e dos mandatos dos grupos de trabalho especializados. Essa posição deve ter por base os projetos de decisão do Comité Misto.

## **4. BASE JURÍDICA**

### **4.1. Base jurídica processual**

#### *4.1.1. Princípios*

O artigo 218.º, n.º 9, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) prevê decisões que definam «as posições a tomar em nome da União numa instância criada por um acordo, quando essa instância for chamada a adotar atos que produzam efeitos jurídicos, com exceção dos atos que completem ou alterem o quadro institucional do acordo».

A noção de «atos que produzam efeitos jurídicos» inclui os atos que produzem efeitos jurídicos por força das normas de direito internacional que regulam a instância em questão e os instrumentos que não têm um efeito vinculativo por força do direito internacional, mas que «tendem a influenciar de forma determinante o conteúdo da regulamentação adotada pelo legislador da União»<sup>1</sup>.

#### *4.1.2. Aplicação ao caso vertente*

O Comité Misto é uma instância instituída por um acordo, nomeadamente o Acordo-Quadro de Parceria e Cooperação Abrangentes entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e o Reino da Tailândia, por outro.

O ato que o Comité Misto é chamado a adotar é um ato que produz efeitos jurídicos. O ato previsto será vinculativo por força do direito internacional, em conformidade com o artigo 52.º, n.º 5, do Acordo-Quadro de Parceria e Cooperação Abrangentes entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e o Reino da Tailândia, por outro, em conjugação com o artigo 8.º, n.º 2, do regulamento interno previsto.

O ato previsto não completa nem altera o quadro institucional do Acordo.

A base jurídica processual da decisão proposta é, por conseguinte, o artigo 218.º, n.º 9, do TFUE.

### **4.2. Base jurídica material**

#### *4.2.1. Princípios*

A base jurídica material para a adoção de uma decisão ao abrigo do artigo 218.º, n.º 9, do TFUE depende essencialmente do objetivo e do conteúdo do ato previsto em relação ao qual é tomada uma posição em nome da União. Se o ato previsto perseguir duas finalidades ou tiver duas componentes, e se uma dessas finalidades ou componentes for identificável como sendo principal e a outra apenas acessória, a decisão a adotar ao abrigo do artigo 218.º, n.º 9, do TFUE deve assentar numa única base jurídica material, concretamente a exigida pela finalidade ou pela componente principal ou preponderante.

Se o ato previsto tiver simultaneamente várias finalidades ou componentes indissociavelmente ligadas, sem que nenhuma delas seja acessória em relação à outra, a base jurídica material de uma decisão a tomar nos termos do artigo 218.º, n.º 9, do TFUE, terá de incluir, excecionalmente, as várias bases jurídicas correspondentes.

#### *4.2.2. Aplicação ao caso vertente*

O objetivo principal e o teor do ato previsto dizem respeito à cooperação para o desenvolvimento.

A base jurídica material da decisão proposta é, por conseguinte, o artigo 209.º do TFUE.

---

<sup>1</sup> Acórdão do Tribunal de Justiça de 7 de outubro de 2014, Alemanha/Conselho, C-399/12, ECLI:EU:C:2014:2258, n.ºs 61 a 64.

### **4.3. Conclusão**

A base jurídica da decisão proposta é o artigo 209.º, em conjugação com o artigo 218.º, n.º 9, do TFUE.

Proposta de

## DECISÃO DO CONSELHO

**relativa à posição a adotar, em nome da União Europeia, no âmbito do Comité Misto instituído pelo Acordo-Quadro de Parceria e Cooperação Abrangentes entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e o Reino da Tailândia, por outro, no que diz respeito à adoção prevista de decisões relativas à adoção do seu regulamento interno, à criação de grupos de trabalho especializados e à adoção dos respetivos mandatos**

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, nomeadamente o artigo 209.º em conjugação com o artigo 218.º, n.º 9,

Tendo em conta a proposta da Comissão Europeia,

Considerando o seguinte:

- (1) O Acordo-Quadro de Parceria e Cooperação Abrangentes entre a União e Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e o Reino da Tailândia, por outro («Acordo»), foi assinado em 14 de dezembro de 2022 e tem sido aplicado a título provisório desde 20 de outubro de 2024, nos termos da Decisão (UE) 2022/2562 do Conselho<sup>2</sup>.
- (2) Nos termos do artigo 52.º, n.º 5, do Acordo, o Comité Misto adota o seu regulamento interno.
- (3) Na sua primeira reunião, o Comité Misto deve adotar o seu regulamento interno, bem como o mandato dos grupos de trabalho especializados.
- (4) É conveniente definir a posição a tomar, em nome da União, no âmbito do Comité Misto, uma vez que a decisão que adota o regulamento interno do Comité Misto e a decisão relativa à adoção do mandato dos grupos de trabalho especializados produzirão efeitos jurídicos na aceção do artigo 218.º, n.º 9, do TFUE.
- (5) A posição da União no âmbito do Comité Misto deverá, por conseguinte, basear-se nos projetos de decisões que figuram nos anexos,

ADOTOU A PRESENTE DECISÃO:

### *Artigo 1º*

A posição a tomar em nome da União no procedimento escrito do Comité Misto instituído nos termos do artigo 52.º, n.º 1, do Acordo-Quadro de Parceria e Cooperação Abrangentes entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e o Reino da Tailândia, por outro, no que diz respeito à adoção do regulamento interno do Comité Misto e à criação de grupos de trabalho especializados e adoção dos respetivos mandatos baseia-se no projeto de decisão do Comité Misto que acompanha a presente decisão.

---

<sup>2</sup> JO L 330 de 23.12.2022, p. 70.

*Artigo 2º*

A presente decisão entra em vigor no dia da sua adoção.

Feito em Bruxelas, em

*Pelo Conselho  
O Presidente*